

DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

RENNAN MARREIRO PEREIRA

rennancontabeis@gmail.com

VANOILTON RAKNE FERREIRA DA SILVA

rakne_tvd@hotmail.com

DIANE ROSSI MAXIMIANO REINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

dianereina@hotmail.com

DONIZETE REINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

dreina2@hotmail.com

WILLIAM APARECIDO MACIEL DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

w.aparecidomaciel@hotmail.com

DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

1 INTRODUÇÃO

Responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade empresarial (SE) vêm sendo considerados um investimento ou uma estratégia de negócio que compreende a adoção de melhores práticas de gestão que vão ao encontro das necessidades atuais e futuras dos *stakeholders* (ANDRADE *et al.*, 2013).

Deste modo, observa-se que no Brasil, vem se tornando uma prática cada vez mais comum que as empresas evidenciem suas informações de modo global, onde *disclosure* se tornou uma ferramenta de suporte na decisão dos investidores. Para Lima (2009), as empresas possuem necessidade de crescimento e, dessa forma, precisam cuidar mais de seus investimentos e das relações com os *stakeholders*.

Divulgação ambiental são informações de caráter ambiental, divulgadas obrigatoriamente ou de forma voluntária pelas empresas em seus relatórios, procurando simplesmente atender à necessidade de algum usuário, ou até mesmo de intensificar sua reputação corporativa (ALMEIDA-SANTOS *et al.*, 2012). O aspecto sustentável possui incomensurável importância para as entidades e seus usuários. O modo como informações são evidenciadas, aponta as diretrizes da empresa, o nível de controle de riscos e investimentos, evitando que seus beneficiários se surpreendam com informações inesperadas e intempestivas que possam lhes causar prejuízo futuro nos investimentos.

No que concerne aos objetivos da contabilidade, no qual consiste em prover informações úteis para a tomada de decisões por parte dos usuários, uma atenção especial há de ser tomada ao papel desempenhado pela evidenciação ou *disclosure* (DANTAS *et al.*, 2005).

Nesse sentido foram sendo criados meios que possibilitam classificar a empresas quanto a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade empresarial. Em 2005 a bolsa de valores de São Paulo, foi a pioneira na América Latina a buscar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações com a criação do índice de sustentabilidade empresarial (ISE).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada no equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Além disso, o índice demonstra as empresas que idealizam as práticas sustentáveis e estão comprometidas com a responsabilidade social corporativa (BM&FBOVESPA, 2016).

De acordo com Mussoi e Bellen (2010) a mídia corporativa passou a dar destaque a informações ambientais por conta do agravamento da crise ambiental. Desta forma, as empresas utilizam os relatórios contábeis para evidenciar e divulgar informações referentes às práticas de sustentabilidade e RSC com base em relatórios compulsórios e voluntários. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2004, emitiu a NBC T 15, cujo objetivo consiste em divulgar para a sociedade a participação e responsabilidade social das entidades (LOS *et al.*, 2014).

Dentro desse contexto, pretende-se responder a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de divulgação das informações socioambientais das empresas da BM&FBovespa classificadas no índice de sustentabilidade empresarial? Desta forma, o objetivo geral do estudo é de identificar o nível de divulgação das informações socioambientais das empresas mantidas na carteira da BM&FBovespa classificadas no índice de sustentabilidade empresarial compreendendo o período de 2013 a 2015.

Como objetivos específicos pretendeu-se descrever: o nível de evidenciação das informações ambientais por categorias, são elas: políticas ambientais; sistemas de

gerenciamento ambiental; impactos dos produtos e processos no meio ambiente; políticas de energia; informações financeiras ambientais; educação, pesquisa e treinamento; mercado de créditos de carbono e; outras informações ambientais.

Assim, como os avanços tecnológicos surgem e são cada vez mais exigidos na exploração dos recursos ambientais, é exigida, transparência, eficiência, ética e responsabilidade na divulgação das informações. O aspecto ambiental vem se tornando cada vez mais importante e necessário no ambiente econômico atual, não somente pelas empresas privadas, mas também os entes públicos e o próprio cidadão. Com isso, considera-se o estudo relevante e contributivo para os usuários das informações contábeis, pois há de se manter o “[...] reconhecimento da importância da evidenciação das informações ambientais como forma de prestar contas a todos os *stakeholders*, visando tanto à correta análise da gestão ambiental pela sociedade como a captação de novos investidores”. (SOUZA; RÁSIA; JACQUES, 2010, p. 51).

Espera-se que o estudo contribua também aos investidores como forma propiciar uma lente para que estes investidores enxerguem as empresas não apenas como geradora de capital, mas como geradora de crescimento sustentável, social, e que apresente responsabilidade com os valores sociais da comunidade pertencente, valores culturais e, sobretudo, a potencialidade de investir em empresas que tenha boa reputação socioambiental.

O estudo se divide em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção se reserva em dar embasamento à pesquisa, evidenciando as fundamentações teóricas do estudo, onde são discutidos os conceitos de sustentabilidade empresarial, índice de sustentabilidade empresarial (ISE), evidenciação contábil (*disclosure*) e normas brasileiras de contabilidade (NBCT-15). A seção seguinte é própria para demonstração dos métodos de pesquisa empregados no estudo. A quarta seção é dedicada a descrição e análise dos resultados identificados, na seção cinco faz-se as conclusões e recomendações e, por fim, apresenta-se as referências.

2 FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Índice sustentabilidade empresarial – ISE

De acordo com Andrade *et al.* (2013), a partir de 1990 houve o início de uma tendência dos investidores procurarem investimentos socialmente responsáveis, no objetivo de gerar retornos a longo prazo. Desta forma, pioneiro na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) teve início no Brasil em 2005, pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), em conjunto com outras entidades.

O ISE amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2016).

Ainda, o ISE tem o propósito de oferecer aos investidores empresas que se destacam em promover boas práticas sustentáveis, comprometidas com responsabilidade ética, social e ambiental sustentável das corporações, com comprometimento à responsabilidade social corporativa (RSC). O ISE “[...] objetiva estimular os investimentos que consideram aspectos de governança corporativa e sustentabilidade empresarial, eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social” (ANDRADE *et al.*, 2013, p. 189).

As informações colhidas pela BM&FBovespa referente ao ISE são computadas com preceitos éticos, sociais e ambientais e desta forma “O ISE representa a convergência de anseios de entidades do mercado por mais transparência e dos sonhos de organizações pioneiras no protagonismo da responsabilidade social, da defesa ambiental e da governança”

(MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 16). Lins e Wajnberg (2007) e Ouchi, (2006) apontam que o ISE é composto por ações de empresas que tem como cultura, o desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade. Além disso, tem o objetivo de avaliar políticas, práticas de gestão e avaliação de desempenho nas dimensões econômico-financeira, social e ambiental.

Em sua seleção, o ISE leva em consideração as empresas melhores classificadas em termos de responsabilidade social e sustentabilidade, conforme critérios de classificação referendados pelo conselho deliberativo do índice de sustentabilidade empresarial (MORAES *et al.*, 2014).

2.2 Evidenciação contábil (*disclosure*) e NBC T 15

Evidenciação não significa apenas divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Nesse sentido, para alcançar a transparência pretendida com o *disclosure*, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando os aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários (DANTAS *et al.*, 2005).

Na visão de Dalmácio e Paulo (2004), o processo de evidenciação contábil possui finalidade específica que é a de gerar informações aos diversos usuários (sociedade, clientes, fornecedores, investidores, financiadores, dentre outros) para a tomada de decisão. Informações essas que deverão ser úteis, relevantes, precisas e fornecidas em tempo hábil, visto que seus investidores e interessados buscam informações referentes à situação econômica e financeira das empresas. Espera-se que o aumento do *disclosure* pelas empresas resulte na diminuição da assimetria informacional, diminuindo o risco oferecido aos financiadores da empresa, e que resulte, também, no aumento da visibilidade e negociabilidade de seus papéis, bem como na quantidade de informações divulgadas aos seus *stakeholders* de uma forma geral (LIMA, 2009).

Cruz e Lima (2010) entendem que a divulgação da informação (*disclosure*) apresenta sua relevância para o mercado de capitais, uma vez que pode influenciar o comportamento tanto dos usuários quanto dos fornecedores dessas informações, pois, por um lado, afeta a percepção dos agentes econômicos em relação ao risco que a companhia oferece, influenciando no processo de alocação de recursos e estabelecimento dos preços dos títulos e, por outro, influencia decisões quanto ao nível de evidenciação considerando o custo do fornecimento dessas informações para a empresa.

Vieira e Faria (2007) dizem que a evidenciação das informações elaborada de modo correto, pode proporcionar aos interessados instrumentos suficientes para avaliar o desempenho social da organização, e que é papel da contabilidade fornecer informações para os diversos tipos de usuários, inclusive informações sobre responsabilidade social. Teixeira, Silva e Pereira (2011), entendem que tanto as entidades públicas quanto as privadas, tem a obrigação econômica e social de demonstrarem o impacto (positivo e negativo) que sua interação com os empregados, com o público e o meio ambiente causa.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou em 19 de agosto de 2004, por meio da Resolução CFC nº 1.003/04, a NBC T 15 (Informações de Natureza Social e Ambiental). Esta resolução passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.003/04). A NBC T 15 estabelece os conceitos e objetivos, as informações a serem divulgadas e por fim, disposições finais, onde informa que a entidade tem liberdade para acrescentar ou detalhar outras informações que julgar relevante.

Para Teixeira, Silva e Pereira (2011), por meio da NBCT – 15 o Conselho Federal de Contabilidade instituiu quais informações as companhias devem evidenciar em seus relatórios, sendo o profissional contábil responsável pela divulgação dessas informações. Os autores reforçam ainda que além da informação que o NBCT – 15 estabelece que deva ser divulgada, a empresa pode detalhar outras informações que julgue relevante evidenciar.

Cabe considerar que a NBC T 15 está legitimada pela Resolução 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de tal forma que o profissional contábil no exercício de sua profissão deve zelar pelo seu cumprimento (LOS *et al.*, 2014). Deste modo, observa-se que no Brasil vem se tornando prática cada vez mais comum que as empresas evidenciem suas informações com maior nível de transparência, ética e agilidade, onde *disclosure* se tornou uma ferramenta de suporte para tomada de decisão dos *stakeholders*. Todavia, as informações para serem consideradas úteis, necessitam serem divulgadas de modo compreensivo e em tempo hábil, para que ocorra interpretação adequada referente ao resultado econômico e financeiro da entidade e que estejam em conformidade com as normas acima mencionadas.

2.3 Estudos Assemelhados

Rover *et al.* (2008) examinaram as informações ambientais divulgadas voluntariamente por meio de análise de conteúdo, das empresas brasileiras da Bovespa de setores de alto impacto ambiental de acordo com a Lei nº. 10.165/2000. Os resultados apresentaram que em sua grande maioria, as informações são declarativas e positivas e ficam evidenciadas no relatório da administração, não sendo auditadas. As maiores divulgações são das categorias “Políticas Ambientais e “Informações Financeiras Ambientais”.

Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Beuren, Santos e Gubiani (2013), trataram de verificar o nível de *disclosure* das informações ambientais nos Relatórios da Administração das companhias de capital aberto listadas no ISE do setor de energia elétrica, o trabalho de 2012 tratou os dados de forma quantitativa, já o trabalho de 2013 de forma qualitativa. Para análise destes relatórios, consideraram-se oito categorias ambientais e 36 subcategorias propostas por Rover *et al.* (2008). Os resultados apresentaram que a divulgação das informações ambientais não respeita o princípio do *full disclosure* (divulgação plena) (GUBIANE; SANTOS; BEUREN, 2012), e ainda, há sempre a atribuição de uma imagem positiva às informações divulgadas, criando a necessidade de normatizar a evidenciação destas informações (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013).

Os autores Souza, *et al.* (2015) e Pletsch *et al.* (2014) notaram diversas características das informações ambientais divulgadas por companhias listadas no ISE. Notou-se que não existe uma estrutura padronizada para evidenciar as práticas de gestão ambiental embora haja preocupação em adequar os processos produtivos por meio do uso eficiente dos recursos, principalmente de água e energia elétrica. E ainda, as empresas possuem política ambiental estruturada, preocupação com estratégias ambientais e consumo consciente dos recursos naturais embora estas passem a se adequar às exigências legais após sofrerem processos ambientais, não sendo voluntariamente.

Calixto, Barbosa e Lima (2007) evidenciaram que a maioria das informações financeiras divulgadas por meio de relatórios contábeis estão presentes no Relatório da Administração de companhias que exercem atividades potencialmente poluidoras investigadas pelos autores. Ainda, Souza, Rásia e Jacques (2010) encontraram resultados que apresentam o Balanço Social e o Relatório da Administração como os mais utilizados pelas empresas para evidenciar informações ambientais, apresentando ainda indicadores específicos. Entretanto, Kronbauer e Silva (2012) ressaltam que mesmo as informações ambientais sendo muito divulgadas no relatório da administração e anual, estas por sua vez não são auditadas. Os autores salientam a necessidade de se discutir a regulação e fiscalização das informações divulgadas, o que vai de encontro com as afirmações de Beuren, Santos e Gubiani (2013).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Classificação do estudo

Na tentativa de responder o problema de pesquisa proposto, realizou-se uma pesquisa descritiva e documental com abordagem quantitativa. A pesquisa é descritiva, pois pretendeu descrever as características das informações ambientais divulgadas nos relatórios anual das empresas que compuseram a amostra do estudo (GIL, 2010). Denota-se a pesquisa como documental, pois foram utilizados o relatório anual como fonte de dados para investigação no período de 2013 a 2015, últimos três anos de relatórios anuais publicados integralmente pelas companhias investigadas (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013). Quanto à abordagem do problema, a pesquisa foi classificada como quantitativa na tentativa de apresentar numericamente (GIL, 2010) o nível de evidencição das empresas da amostra no que concerne as suas informações ambientais.

3.2 População e Amostra

A população desta pesquisa consiste nas empresas que permaneceram no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa no período de 2013 a 2015. Esta delimitação da amostra motivou-se baseado no estudo de Los *et al.* (2014), onde investigaram as empresas que permaneceram no ISE durante o período de 2010 a 2013 e ainda, segundo Beuren, Santos e Gubiani (2013) presume-se que as empresas listadas no ISE apresentam maior nível de evidencição ambiental. A construção da amostra consistiu em três etapas, sendo apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Formulação da Amostra Final

Etapas	Parametrização	Qtd. Empresas	%
Etapa 1	Empresas listadas no ISE da BM&FBovespa de 2013 a 2015.	45	100%
Etapa 2	(-) Empresas que não permaneceram no ISE entre 2013 e 2015.	(13)	28,89%
Etapa 3	(=) Amostra final	32	71,11%

Fonte: BM&FBovespa.

Como apresentado na Tabela 1, a amostra está composta por 32 empresas listadas no ISE, de um total de 45 empresas que fizeram parte deste índice no período investigado, mas que não permaneceram durante os 3 anos de investigação. Nota-se que a primeira etapa apresentou 45 empresas, sendo 13 delas excluídas por não permanecerem no índice durante os três anos investigados. Desta forma, a amostra final se compõe em 32 empresas, 71,11% da população. Assim, as empresas que fazem parte da amostra são apresentadas no Quadro 1 por ordem alfabética.

Quadro 1. Empresas que compõem a amostra do estudo

Nº	Empresa	Nº	Empresa
1	AES Tiete	17	Even
2	Banco do Brasil	18	Fibria
3	Bicbanco	19	Gerdau
4	Bradesco	20	Gerdau Met
5	Braskem	21	Itausa
6	BRF	22	Itaunibanco
7	CCR	23	Light S/A
8	Cemig	24	Natura
9	Coelce	25	Sabesp
10	Copel	26	Santander
11	CPFL Energia	27	Sul America
12	Duratex	28	Telef Brasil (Telefônica)
13	Ecorodovias	29	Tim Part S/A
14	Eletrobras	30	Tractebel
15	Eletropaulo	31	Vale

16	Energias BR (EDP)	32	Weg
----	-------------------	----	-----

Fonte: Dados da Pesquisa.

As 32 empresas que compõem a amostra estão apresentadas no Quadro 1. Todas estas empresas permanecem no ISE durante o período de 2013 a 2015, sendo classificadas para a amostra como mencionado anteriormente. Nota-se que existem empresas de diversos segmentos empresariais, como de energia elétrica, construção civil, beleza e cosméticos, financeiras entre outros. E procedimento de coleta de dados destas empresas e as devidas análises são apresentadas a seguir.

3.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados a partir das informações ambientais divulgadas nos relatórios anual das companhias relacionadas na amostra.

Optou-se por verificar este relatório, pois de acordo com Rover *et al.* (2008); Souza, Rásia e Jacques (2010); Gubiane, Santos e Beuren (2012); Beuren, Santos e Gubiani (2013) e; Kronbauer e Silva (2012), a maioria das companhias listadas no ISE analisadas nos estudos semelhantes que realizaram, evidenciaram informações por meio tanto do relatório da administração quanto do relatório anual, afirmando que há informações semelhantes e comparativas em ambos os relatórios.

A escolha do Relatório Anual também possibilita o comparativo de resultados (GUBIANI, SANTOS; BEUREN, 2012; BEUREN, SANTOS; GUBIANI, 2013).

Aplicou-se a técnica de análise de conteúdo averiguando o cumprimento ou não de cada item proposto por Rover *et al.* (2008) atribuindo valor “1” quando a informação ambiental foi evidenciada, e “0” quando não evidenciada. A proposta de formulação teórica fornecida por Rover *et al.* (2008) está disposta no Quadro 2.

Quadro 2. Formulação Teórica para levantamento das informações ambientais divulgadas

Categorias Ambientais	Subcategorias Ambientais
a. Políticas Ambientais	1. Declaração das políticas/práticas atuais e futuras
	2. Estabelecimento de metas e objetivos ambientais
	3. Declarações de obediência às leis, licenças e órgãos ambientais
	4. Parcerias ambientais
	5. Prêmios e participações em índices ambientais
b. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	6. ISOs 9.000 e/ou 14.000
	7. Auditoria ambiental
	8. Gestão ambiental
c. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	9. Desperdícios/resíduos
	10. Processo de acondicionamento (embalagem)
	11. Reciclagem
	12. Desenvolvimento de produtos ecológicos
	13. Impacto na área de terra utilizada
	14. Uso eficiente/reutilização da água
	15. Vazamentos/derramamentos
	16. Reparos aos danos ambientais
d. Políticas de Energia	17. Conservação e/ou utilização mais eficiente de energia nas operações
	18. Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
	19. Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
	20. Desenvolvimento de novas fontes de energia
e. Informações Financeiras Ambientais	21. Investimentos ambientais
	22. Custos/despesas ambientais

	23. Passivos/provisões ambientais
	24. Práticas contábeis de itens ambientais
	25. Seguro ambiental
	26. Ativos ambientais tangíveis e intangíveis
f. Educação, Pesquisa e Treinamento	27. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
	28. Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
g. Mercado de Créditos de Carbono	29 - Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)
	30 - Créditos de carbono
	31 - Emissão de gases do efeito estufa (GEE)
	32 - Certificados de emissões reduzidas (CER)
h. Outras Informações Ambientais	33 - Qualquer menção sobre sustentabilidade
	34 - Gerenciamento de florestas/reflorestamentos
	35 - Conservação da biodiversidade
	36 – Stakeholders

Fonte: Adaptado de Rover *et al.* (2008) e Beuren, Santos e Gubiani (2013).

A formulação teórica proposta por Rover *et al.* (2008) apresenta 8 categorias ambientais divididas em diversas práticas e mecanismos que as empresas dispõem aos seus *stakeholders*. Além disso, Beuren, Santos e Gubiani (2013), ao adaptarem essa proposta teórica, indicaram 36 subcategorias ambientais inerentes às práticas empresariais de sustentabilidade que são exigidas pelo ISE.

Para tratamento e investigação dos dados utilizou-se a plataforma do *software Microsoft Excel®*. Possibilitando assim, descrever quantitativamente o nível de evidenciação de informações ambientais divulgadas pelas empresas que compõem a carteira do ISE da BM&FBovespa durante o período de 2013 a 2015.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

4.1 Nível geral de divulgação das informações socioambientais

Inicialmente, foi possível notar o nível geral de divulgação (NGD) das empresas que permaneceram no ISE durante o período de 2013 a 2015 por categoria ambiental. A Tabela 2 apresenta os resultados dividindo as oito categorias ambientais assim como os três anos investigados.

Tabela 2. NGD por categoria ambiental

Categorias Ambientais	NGD por Categoria Ambiental		
	2013	2014	2015
a. Políticas Ambientais	81,11%	81,11%	81,11%
b. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	75,93%	75,93%	75,93%
c. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	57,29%	56,94%	56,25%
d. Políticas de Energia	53,47%	53,47%	53,47%
e. Informações Financeiras Ambientais	20,83%	21,30%	22,22%
f. Educação, Pesquisa e Treinamento	72,22%	72,22%	72,22%
g. Mercado de Créditos de Carbono	49,31%	49,31%	49,31%
h. Outras Informações Ambientais	81,25%	79,86%	81,25%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A maior divulgação de informações socioambientais pelas empresas diz respeito às políticas ambientais, apresentando-se em 81,11% em todos os anos analisados. Em seguida, informações sobre sistemas de gerenciamento ambiental (75,93%) e educação, pesquisa e treinamento (72,22%) foram as mais evidenciadas pelas empresas. Em oposição, a categoria ambiental menos evidenciada pelas empresas foi a de informações financeiras de cunho ambiental conforme mencionado na Tabela 2.

Gubiane, Santos e Beuren (2012) encontraram evidenciações acima de 50% das informações sobre políticas ambientais. Rover *et al.* (2008) em seus achados, encontraram a predominância da categoria “políticas ambientais” como informações mais evidenciadas. Portanto, os resultados sobre a evidenciação das políticas ambientais convergem com os achados pelos autores acima mencionados, e ainda, notou-se que houve um aumento no cumprimento desta categoria, o que pode ser reflexo da maior preocupação das empresas em evidenciar suas políticas ambientais de forma geral sempre apresentando maiores informações à medida que os anos vão passando (GUBIANE; SANTOS; BEUREN, 2012).

Mesmo com a pouca divulgação das informações financeiras ambientais, notou-se um pequeno crescimento ao longo dos anos investigados. Gubiane, Santos e Beuren (2012) também encontraram pouca evidenciação nesta categoria ambiental e relataram a falta de qualidade das informações ambientais nesta categoria devido à baixa evidenciação. Os resultados apresentam-se semelhantes a este estudo. Na sequência da análise e discussão dos resultados, é possível observar mais especificamente cada nível de divulgação das subcategorias ambientais inerentes às categorias formuladas no estudo.

Para apresentar a divulgação geral (NGD) por empresa, optou-se por calcular a média de evidenciação das informações socioambientais correspondentes aos três anos investigados (Tabela 3), isso, pois, como se ver na Tabela 2, poucas foram às variações de evidenciação de informações de um ano para o outro, isso por que o Relatório Anual (fonte de dados para a análise de conteúdo), assim como outros relatórios corporativos são padrões e, se modificam muito pouco de empresa para empresa ao longo dos anos (ROVER *et al.*, 2008).

Tabela 3. NGD por empresa

Empresas ISE	Categorias Ambientais								Média Divulgação (NGD)
	a.	b.	c.	d.	e.	f.	g.	h.	
Natura	100%	100%	88%	75%	83%	100%	100%	100%	92%
Energias BR (EDP)	100%	100%	75%	100%	50%	100%	50%	100%	81%
Vale	100%	100%	88%	50%	67%	100%	50%	100%	81%
Braskem	100%	67%	83%	100%	50%	100%	50%	100%	80%
CPFL Energia	100%	100%	63%	100%	50%	100%	50%	100%	78%
Light S/A	100%	100%	75%	100%	33%	100%	50%	100%	78%
Cemig	100%	67%	71%	100%	17%	100%	100%	100%	77%
Ecorodovias	100%	100%	88%	50%	17%	100%	100%	83%	76%
BRF	100%	67%	83%	75%	33%	100%	50%	100%	74%
Copel	100%	100%	67%	100%	17%	100%	50%	100%	73%
Coelce	100%	100%	75%	75%	17%	100%	50%	100%	72%
Eletropaulo	100%	100%	75%	100%	17%	100%	50%	75%	72%
Sabesp	100%	100%	75%	75%	17%	100%	50%	100%	72%
Weg	100%	67%	88%	75%	17%	100%	50%	100%	72%
Eletróbrás	100%	67%	75%	100%	17%	100%	50%	75%	69%
AES Tiete	100%	100%	63%	75%	17%	50%	50%	100%	67%
Duratex	100%	100%	75%	50%	17%	50%	50%	100%	67%
Gerdau	100%	67%	54%	25%	33%	100%	50%	100%	62%
Fibria	100%	100%	63%	50%	17%	0%	50%	100%	61%
Gerdau Met	100%	67%	75%	25%	0%	100%	50%	100%	61%
Banco do Brasil	60%	100%	46%	75%	33%	50%	50%	100%	60%
Bradesco	100%	100%	50%	25%	22%	100%	50%	75%	59%
CCR	100%	67%	63%	75%	17%	0%	50%	67%	57%
Even	100%	67%	50%	25%	17%	50%	50%	100%	56%
Itaunibanco	60%	67%	50%	25%	33%	100%	50%	100%	56%
Tim Part S/A	100%	67%	50%	25%	17%	50%	50%	100%	56%
Santander	60%	100%	42%	25%	17%	100%	50%	100%	54%
Bicbanco	60%	100%	38%	50%	0%	100%	75%	75%	53%
Tractebel	100%	67%	46%	25%	17%	0%	50%	83%	50%
Sul América	60%	100%	38%	25%	0%	100%	50%	75%	47%

Telef Brasil (Telefônica)	60%	67%	42%	25%	17%	100%	50%	50%	45%
Itausa	60%	67%	38%	25%	0%	50%	50%	50%	39%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O resultado apresentado identificou que a empresa que mais divulgou informações socioambientais foi a (Natura, 92%), empresa esta, que atendeu a quase todos os quesitos de evidencição propostos pelo constructo teórico e que foi destaque também no estudo de Rover *et al.* (2008). As empresas que também evidenciaram muitos dos requisitos constantes nas categorias ambientais foram a Energias BR (EDP) e Vale (ambas com 81% do NGD). Beuren, Santos e Gubiani (2013), encontraram baixa evidencição da empresa Energias BR (EDP) para o período de 2006 a 2008, e ainda, Gubiane, Santos e Beuren (2012) encontraram um nível de evidencição da empresa Energias BR (EDP) de 30,56% (de 2006 a 2008), resultados que diferem dos achados do presente estudo.

Portanto, percebe-se que não só a Energias BR, como muitas empresas do setor elétrico passaram a evidenciar mais informações socioambientais aos *stakeholders*, em geral, 71,55% de informações são evidenciadas por este setor no presente estudo (de 2013 a 2015), ao passo que Gubiane, Santos e Beuren (2012) encontraram um nível de *disclosure* apenas de 37,88%. Essas práticas aumentam a qualidade das informações contábeis (DANTAS *et al.*, 2005), diminuem a assimetria informacional, o que diminui o risco em futuros investimentos nestas empresas (LIMA, 2009), auxilia no processo de tomada de decisão (DALMÁCIO; PAULO, 2004), e ainda, Vieira e Faria (2007) argumentam que propicia a avaliação do desempenho social da organização.

Em contrapartida, foi possível notar que as empresas que menos evidenciaram as informações socioambientais são do setor tanto de telefonia quanto financeiro, estes resultados podem se relacionar com a atividade em que estas empresas exercem pelo fato de serem prestadores de serviços, os impactos ambientais são menores quando comparadas com mineradoras, transportadoras e empresas de energia elétrica e hídricas (KRONBAUER; SILVA, 2012).

4.2 Políticas ambientais

As políticas ambientais consistem na “declaração das políticas, práticas, ações atuais e futuras; estabelecimento de metas; obediência de normas e leis; premiações; e participações em índices ambientais (sustentabilidade)” (ROVER *et al.*, 2008), além disso, as parcerias ambientais são bastantes realizadas (Gráfico 1) e fornecem boa reputação às organizações (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013, ALMEIDA-SANTOS *et al.*, 2012, CRUZ; LIMA, 2010).

Nos três anos investigados, o NGD das subcategorias sobre políticas ambientais permaneceram em perfeita constância, ou seja, as empresas divulgaram o mesmo quantitativo de informações ao longo dos anos investigados, o que evidencia a tendência à padronização (ROVER *et al.*, 2008) dos relatórios analisados. Com isso, nota-se que as políticas e práticas tanto atuais como futuras são informadas por todas as empresas, além das metas e objetivos ambientais assim como prêmios e participações em índices ambientais (neste caso, todas as empresas investigadas pontuaram, pois evidenciam sua participação no ISE além de outros prêmios e índices). Observa-se o Gráfico1 que apresenta o nível geral de divulgação das subcategorias sobre política ambiental.

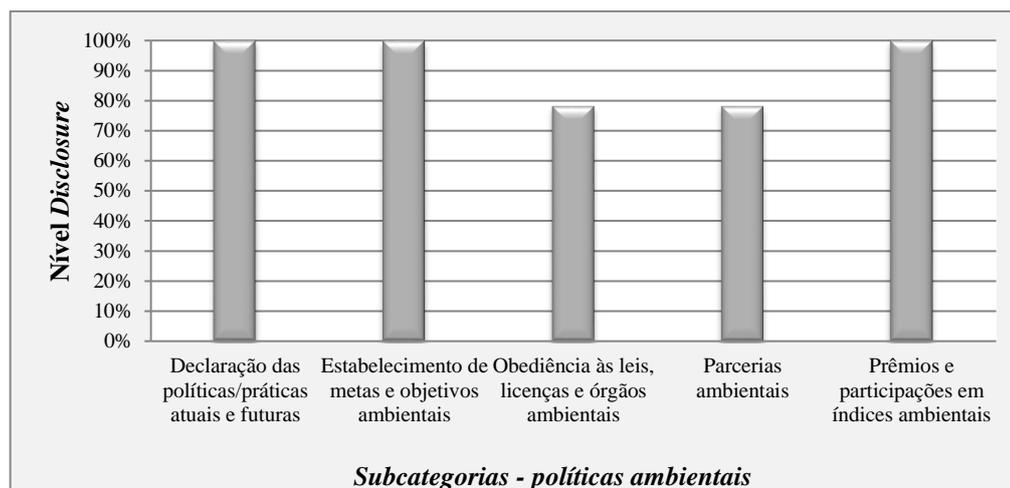


Gráfico 1. NGD das subcategorias políticas ambientais

Fonte: Dados da pesquisa.

Para Beuren, Santos e Gubiani (2013, p. 60), “[...] as empresas se atribuem uma imagem positiva, destacando os prêmios que receberam por configurarem como empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, ou por terem desenvolvido determinado projeto que beneficia o meio ambiente”.

Nota-se que as informações destacadas sobre políticas ambientais seguem conotações positivas conduzindo os resultados a semelhança dos achados por Beuren, Santos e Gubiani (2013) e Rover *et al.* (2008), o que pode indicar a tentativa de informações que melhore a imagem da empresa e consequentemente sua reputação (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007).

4.3 Subcategorias: Sistemas de gerenciamento ambiental, impactos dos produtos e processos no meio ambiente e políticas de energia

Nesta seção foram apresentados os resultados sobre a quantidade (informação não evidenciada “0”, quando evidenciada, valor “1”) de evidenciações referentes aos sistemas de gerenciamento ambiental, os impactos dos produtos e processos no meio ambiente assim como as políticas de energia adotadas pelas empresas investigadas.

Tabela 4. Disclosure das categorias ambientais b, c e d

Categorias e Subcategorias Ambientais	Quantidade para o período analisado			Média quant.
	2013	2014	2015	
<i>b. Sistemas de gerenciamento ambiental</i>				
ISOs 9.000 e/ou 14.000	31	31	32	31
Auditoria ambiental	19	19	18	19
Gestão ambiental	32	32	32	32
<i>c. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente</i>				
Desperdícios/resíduos	32	32	32	32
Processo de acondicionamento (embalagem)	3	3	3	3
Reciclagem	32	32	32	32
Desenvolvimento de produtos ecológicos	11	11	11	11
Impacto na área de terra utilizada	23	23	20	22
Uso eficiente/reutilização da água	23	23	23	23
Vazamentos/derramamentos	20	19	19	19
Reparos aos danos ambientais	21	21	22	21
<i>d. Políticas de Energia</i>				
Conservação e/ou utilização eficiente de energia nas operações	32	32	32	32
Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	18	18	18	18
Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	16	16	16	16

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os sistemas de gerenciamento ambientais, foi notório no ano de 2015 o atendimento ou a certificação ISO 9.000 ou ISO 14.000 evidenciado por todas as empresas. A evidenciação sobre a gestão ambiental é 100% realizada pelas companhias analisadas, no entanto, quando referente às auditorias ambientais, há baixa evidenciação, apenas 59,38%. Os resultados vão de encontro com os resultados de Rover *et al.* (2008), Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Beuren, Santos e Gubiani (2013) encontraram uma grande quantidade de evidenciação sobre as certificações ISSO e gestão ambiental, no entanto, pouca menção às auditorias ambientais. Esses resultados podem ser explicados pelo fato das informações ambientais não serem sujeitas à auditoria, e, desta forma, podem transmitir menor credibilidade aos *stakeholders* (GUBIANE; SANTOS; BEUREN, 2012; BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013). Kronbauer e Silva (2012) salientam a necessidade de se discutir à regulação e fiscalização das informações divulgadas de cunho ambiental.

No que diz respeito aos impactos dos produtos e processos no meio ambiente, a subcategoria “processo de acondicionamento (embalagem)” e “desenvolvimento de produtos ecológicos” foram às menos evidenciadas, podendo ser reflexo do setor de atuação das empresas, considerando que poucas fabricam produtos. Todas as empresas da amostra fazem menção aos desperdícios e resíduos nos seus relatórios ao passo que 21 informam os reparos aos danos ambientais. Gubiane, Santos e Beuren (2012) constataram que o *disclosure* sobre as políticas de energia das empresas investigadas pelos autores foi praticamente inexistente (baixíssima evidenciação). Isso mostra que ao longo dos anos, as empresas passaram a evidenciar em maior quantidade essas informações, o que de acordo com Dantas *et al.* (2005), aumentam a qualidade das informações contábeis.

4.3.1 Vazamentos/derramamentos

A respeito dos vazamentos e derramamentos evidenciados pelas empresas, foi possível notar que 59,38% evidenciam estas informações. No entanto, como apresenta o Gráfico 2, essas evidenciações nem sempre são de informações positivas, o que vai de encontro com os achados de Rover *et al.* (2008).

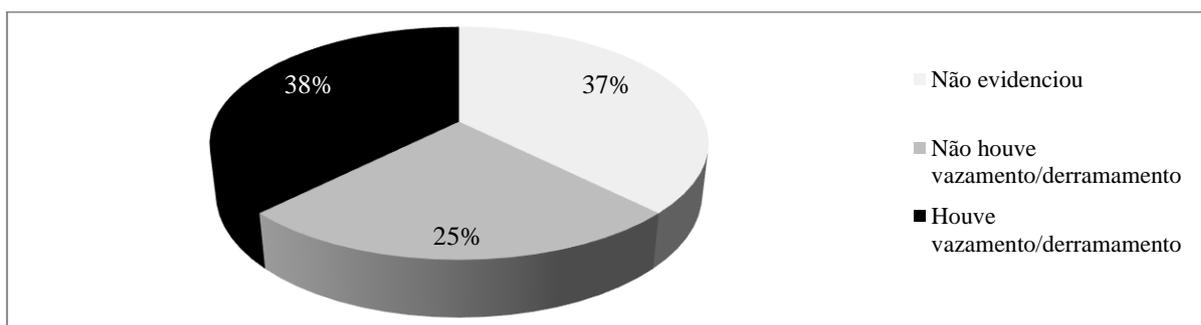


Gráfico 2. Evidenciação das informações sobre vazamentos/derramamentos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesta subcategoria ambiental, foi dada ênfase devido a não só os recentes acontecimentos referentes a vazamentos e derramamentos como acontecimentos catastróficos acontecidos em outras épocas tanto no Brasil como em outros países. Acredita-se que este tipo de impacto ambiental é um dos principais e mais prejudiciais não só ao meio ambiente como para a sociedade. Portanto, observou-se não apenas se as empresas evidenciam, mas se houveram durante o período analisado registro feito pelas empresas de vazamentos e derramamentos, sejam de óleo, minério, gás ou outros produtos. Não se entrou em detalhes

sobre quantidade ou quais produtos danificaram o meio ambiente, pois não foi o objetivo deste estudo, contudo sugere-se para pesquisas futuras.

Nota-se por meio do Gráfico 2 que das informações evidenciadas sobre vazamentos e derramamentos, 25% das empresas mencionaram que não houveram derramamentos no período analisado, na medida que 38%, ou seja, a mais de um terço das empresas evidenciaram que houve derramamentos e vazamentos das suas atividades operacionais. Esses resultados não são positivos no que diz respeito às práticas ambientais das empresas, considerando que são incalculáveis os danos que vazamentos e derramamentos de resíduos e produtos químicos podem causar ao meio ambiente e sociedade.

4.4 Informações financeiras ambientais

As informações financeiras ambientais apresentaram baixo nível de evidenciação, com exceção dos investimentos ambientais, resultados estes semelhantes aos de Rover *et al.* (2008); Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Beuren, Santos e Gubiani (2013). “[...] há necessidade de maiores esforços dos órgãos de classe e normatizadores da contabilidade e da academia para tornar a contabilidade ambiental mais estruturada e melhor evidenciada.” (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013, p. 62). Ativos ambientais tangíveis e intangíveis foram mencionados apenas por duas empresas. Seguros ambientais foram mencionados por três empresas no ano de 2015 ao passo que os passivos e provisões ambientais (16% em 2015) e práticas contábeis de itens ambientais (6% em 2015) apresentaram baixos níveis de evidenciação em relação à quantidade de itens que poderiam divulgar. As duas subcategorias que apresentaram um nível mais alto de evidenciação sobre informações financeiras ambientais foram: custos/despesas ambientais (28%) e investimentos ambientais (84%).

4.4.1 Investimentos ambientais

Os investimentos ambientais são demonstrados por meio do Gráfico 3 em forma de *boxplot*, a fim de apresentar a estatística descritiva dos cinco maiores investimentos ambientais realizados pelas empresas listadas no ISE no período de 2013 a 2015.

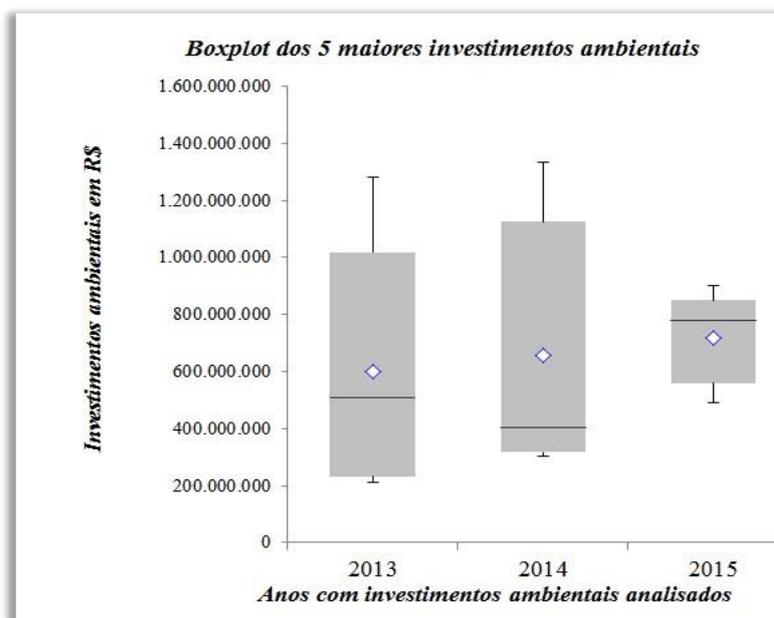


Gráfico 3. Evidenciação das informações sobre vazamentos/derramamentos.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por meio do Gráfico 3 é possível notar os cinco maiores investimentos ambientais e suas comparações através das estatísticas descritivas do *boxplot*. No ano de 2013 e 2014 os maiores

investimentos ambientais evidenciados foram da empresa Vale, com mais de 1,2 bilhões de reais para 2013 e mais de 1,3 bilhões de reais em 2014, como apresentado no ponto máximo do Gráfico. No ano de 2015 o maior investimento ambiental foi realizado pelo Bradesco com um montante de mais de 901 milhões de reais. Notou-se também que os investimentos diminuíram no último ano, no entanto, a média dos cinco maiores investimentos ambientais aumentou, como mostra os pontos centrais na estatística *boxplot*.

As empresas que evidenciaram os cinco maiores investimentos ambientais no ano de 2013 foram: Vale, Bradesco, Eletrobrás, Copel, BRF. Em 2014 foram às empresas Vale, Bradesco, CPFL Energia, Copel e Banco do Brasil. Já em 2015, os maiores investimentos ambientais das empresas que permaneceram no ISE foram registrados no Bradesco, Vale, CPFL Energia, Gerdau e Copel.

4.5 Educação, pesquisa e treinamento; mercado de créditos de carbono e outras informações ambientais

Em relação à evidenciação das informações relacionadas à educação, pesquisa e treinamento, o nível de *disclosure* das empresas atingiram 81%. Gubiane, Santos e Beuren (2012) encontraram níveis satisfatórios sobre a evidenciação destas informações, principalmente no que tange a educação ambiental, resultados confirmados no presente estudo.

Já a evidenciação referente ao mercado de crédito de carbono apresenta resultados negativos quando comparado com o estudo de Gubiane, Santos e Beuren (2012), pois as evidenciações acerca dos projetos MDL para captação de créditos de carbono diminuíram ao longo dos anos, apresentando um *disclosure* de apenas 9%. Entretanto, 100% das empresas mencionam em seus relatórios sobre os créditos de carbono e sobre a emissão de gases do efeito estufa (GEE). Apenas quatro empresas evidenciaram as certificações de emissões reduzidas, foram elas: Bicbanco, Cemig, Ecorodovias e Natura. “Desde 2010, a Instituição realiza seu Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol e aos requisitos da ISO 14064. O relatório de mensuração é assegurado desde 2011. Em 2015, houve redução significativa, de 31%, nas emissões totais em relação à média de 2011 a 2014”. (BICBANCO, 2015, p. 40).

Em relação a outras informações ambientais, todas as empresas fizeram alguma menção às informações ambientais e também evidenciaram informações sobre os *stakeholders*, estes resultados, quando comparados aos de Beuren, Santos e Gubiani (2013), possibilita a percepção do significativo aumento das informações sobre os *stakeholders*, pois os autores reconheceram baixo grau de *disclosure* para estas informações em seu estudo, isso demonstra que as empresas passaram a se preocupar em divulgar informações que atendam a todos os usuários da informação. Em relação à biodiversidade, o nível de evidenciação é de 85%, indicando que as empresas mencionam em grande volume as informações sobre biodiversidade. Nesta subcategoria, a informação menos evidenciada é sobre gerenciamento de florestas e reflorestamento (78%).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi de identificar o nível de divulgação das informações socioambientais das empresas mantidas na carteira da BM&FBovespa classificadas no ISE. Para isso, realizou-se uma análise nos relatórios da administração e relatórios anuais das companhias analisando o período de 2013 a 2015. Foram apresentadas diversas categorias e subcategorias ambientais cujas empresas devem evidenciar em seus relatórios proporcionando maior qualidade nas informações e conseqüentemente, melhora na imagem, reputação e aumento nos investimentos das empresas.

Como principais resultados, as informações sobre políticas ambientais foram as mais divulgadas pelas empresas (81%), ao passo que sistemas de gerenciamento ambiental e

educação, pesquisa e treinamento foram outras categorias bastante mencionadas (*Disclosure* de 70%). As empresas com os maiores níveis de *disclosure* socioambiental foram: Natura (92%), Energias BR (EDP) (81%), Vale (81%) e Braskem (80%), acompanhadas das demais empresas apresentadas na Tabela 3. A empresa que apresentou o *disclosure* socioambiental mais baixo foi a Itausa (39%).

Relatou-se também as implicações e as discussões acerca das práticas de evidenciação das empresas analisadas, onde muitas empresas divulgam ou deixam de divulgar informações relacionadas ao meio ambiente, principalmente relacionado a informações negativas que podem prejudicar a imagem da empresa, como informações de derramamentos e vazamentos, volume de GEE ou de desperdícios e resíduos impactados nos produtos e no meio ambiente.

As informações de cunho financeiro foram pouco divulgadas, com exceção aos investimentos ambientais (84%), o qual foi detalhado os cinco maiores investimentos de cada ano analisado. Isso indica que evidenciar os investimentos pode ser uma estratégia positiva às empresas frente aos *stakeholders* (100% mencionados) na captação de investimentos ao passo que pelo fato da contabilidade ambiental não ser regulamentada no Brasil, as informações contábeis ambientais são pouco evidenciadas.

Portanto, conclui-se que a evidenciação socioambiental das empresas abertas do Brasil listadas no ISE apresenta-se em um alto nível de *disclosure* quando comparado com outros trabalhos anteriores, indicando que ao longo dos anos, as empresas passaram a evidenciar em maior número as informações socioambientais, principalmente no que diz respeito as suas políticas ambientais e a seus investimentos. Contudo, algumas subcategorias ambientais apresentaram baixo nível de divulgação. Neste sentido, atentam-se as possibilidades da regulamentação da contabilidade ambiental no Brasil no sentido de propiciar maiores informações socioambiental em seus relatórios e maior responsabilidade social corporativa com os valores sociais e ambientais.

Tem-se como limitações da pesquisa: a) os resultados não podem ser generalizados, restringindo-se apenas às companhias investigadas; e b) as evidenciações socioambientais limitam-se aos relatórios analisados (relatório da administração e relatório anual). Sugere-se para futuras pesquisas a aplicação de análises estatísticas robustas para inferências significantes no grau de relação entre o setor de atuação da empresa e o nível de *disclosure* socioambiental. Sugere-se ainda verificar os impactos dos derramamentos e vazamentos que estas empresas vêm apresentando em seus relatórios, e captar os prejuízos financeiros proporcionados por eles, assim como os prejuízos sociais causados por estes detritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA-SANTOS, P.S.; VARGAS, A. J.; ALMEIDA, D. M.; LAVARDA, C. E. F. Nível de *disclosure* verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista contemporânea de contabilidade**. v. 9, n. 18, p. 63-82, jul./dez. 2012.

ANDRADE, L. P.; BRESSAM, A. A.; IQUIAPAZA, R. A.; MOREIRA, B. C. M. Determinantes de adesão ao índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. **Revista brasileira de finanças**, v. 11, n. 2, p. 181-213, jun., 2013.

BEUREN, I. M.; SANTOS, V.; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. **Revista de administração e contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2013.

BICBANCO. **Relatório anual e de sustentabilidade 2015**. Disponível em: <<http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores-15>>.

BMFBOVESPA. 2016. **Metodologia do índice de sustentabilidade empresarial (ISE)**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 31 de mai. 2016.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis *versus* internet. **Revista de contabilidade & finanças**, Edição 30 anos de Doutorado, p. 84-95, jun. 2007.

COLARES, A. C. V.; BRESSAN, V. G. F.; LAMOUNIER, W. M.; BORGES, D. L. O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ**, v. 17, Ed. Especial, p. 83-100, out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). 2004. Resolução CFC nº 1.003/04. **Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 14 de mai. 2016.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista universo contábil**. v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar., 2010.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A Evidenciação Contábil: Publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. **Brazilian business review**, v. 1 n. 2, p. 74-90, 2004.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C. D.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista economia & gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUBIANE, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. *Disclosure* ambiental das empresas de energia elétrica listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista sociedade, contabilidade e gestão**, v. 7, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2012.

KRONBAUER, C. A.; SILVA, M. M. *Disclosure* ambiental: análise do grau de evidenciação nas demonstrações contábeis das empresas de transporte. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ**, v. 17, Ed. Especial, p. 32-46, out., 2012.

LIMA, G. A. S. F. Nível de evidenciação × custo da dívida das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 49, p. 95-108, jan./abr. 2009.

LINS, C.; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Fundação brasileira para o desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: International institute for management development – IMD, 2007. p. 1-63. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 27 de mai. 2016.

LOS, G. Z.; OTT, E.; ZILLI, J. B.; GRANDO, T.; KOSZTRZEPA, R. O. Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa. In: SemeAd – Seminários em Administração, 17., São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p. 1-16.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE: Sustentabilidade no mercado de capitais**. 1 ed. São Paulo: Report editora, 2010. 173p.

MORAES, L. F. S.; PERERA, L. C. J.; MILANI FILHO, M. A. F.; KERR, R. B. Desenvolvimento sustentável e insolvência: um estudo de empresas brasileiras. **Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 39-57, mai./ago. 2014.

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 4, n. 9, p. 55-78, mai./ago. 2010.

NATURA. **Relatório anual 2015**. Disponível em: <<http://natu.infoinvest.com.br/>>.

OUCHI, C. H. C. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose**. Orientador: Ricardo Pereira Câmara Leal. 2006. 87f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2006.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; SILVA, A., ROSA, F. S. Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 57-77, set./dez. 2014.

ROVER, S.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 3, n. 2, p. 53-72, mai./ago. 2008.

SOUZA, A. A. A.; PACHECO, L. M.; CALDANA, A. C. F.; LIBONE, L. B. Ações de redução de impacto ambiental das empresas que compõem o índice de sustentabilidade da BM&FBovespa. **Revista alcance eletrônica**, v. 22, n. 01, p. 151-172, jan./mar. 2015.

SOUZA, M. A.; RÁSIA, K. A.; JACQUES, F. V. S. Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial – ISE. **Revista contabilidade e controladoria**, v. 2, n. 1, p. 51-139, jan./abr. 2010.

TEIXEIRA, C. M. D.; SILVA, A. P. F.; PEREIRA, J. *Disclosure* socioambiental conforme as orientações da NBCT – 15: um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil. In: Congresso Virtual Brasileiro – Administração, 8. **Anais...** CONVIBRA, 2011.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista universo contábil**, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.